

Radars GSUM

nº 1 – De 5 a 18 de Novembro de 2015



Colômbia

Caminhando em direção à paz



Colômbia & Venezuela

Crise na fronteira



Venezuela

Desafios na busca pela resolução da crise



Venezuela & Guiana

Idas e vindas pelo Essequibo



BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS



GSUM

Global South Unit for Mediation

Colômbia Caminhando em direção à paz

Após o celebrado acordo de 23 de setembro e o aperto de mãos histórico entre o presidente Juan Manuel Santos e o comandante das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) Timoleón “Timochenko” Jiménez, as delegações retornaram ao trabalho para tentar acelerar o fechamento dos tópicos que restam ser negociados – além de um acordo acerca do fim do conflito, as partes ainda precisam atingir um consenso sobre alguns pontos do acordo sobre vítimas. Durante o recesso que durou de 09 de outubro a 03 de novembro, como destaca Virginia Bouvier (USIP), os negociadores continuaram a discutir alguns temas da agenda, o que rendeu, no dia 17 de outubro, um importante acordo sobre desaparecidos (divulgado por meio do [Comunicado Conjunto n. 62](#)). Nesse mesmo período realizaram-se as eleições locais colombianas que, ao contrário do que os especialistas esperavam, não girou ao redor das negociações de paz. A missão de monitoramento eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OEA) constatou, por outro lado, que estas foram as eleições mais pacíficas dos últimos anos no país, com uma queda de 60% na violência em relação a 2011. A última rodada de diálogos (n. 43) aconteceu entre os dias 03 e 13 deste mês, com poucos resultados práticos, e a próxima deve iniciar-se já no dia 18, a fim de encerrar o tópico da justiça transicional.

O clima na Colômbia, segundo as pesquisas, segue sendo de otimismo a respeito do processo de paz em Havana – para a [Gallup](#), o apoio da população ao prosseguimento das negociações subiu de 60 para 69%; para o [Centro Nacional de Consultoria \(CNC\)](#), 67% dos colombianos apoiam a decisão de negociar por parte do governo Santos. Tal apoio inclui setores da classe empresarial, que no dia 12 de novembro promoveram um encontro com as duas delegações em Havana e declararam-se favoráveis à assinatura de um acordo final o mais breve possível.

Nos dias 6 e 7 de novembro, o governo promoveu um ato especial para lembrar os 30 anos da tomada do Palácio da Justiça por membros do Movimento 19 de abril (M-19). Em cumprimento à [sentença](#) de 2014 da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), o governo assumiu responsabilidade e pediu perdão pelas violações de direitos humanos e pelos desaparecimentos ocorridos naquela ocasião. Santos declarou que *“[aqui aconteceu uma ação lamentável, absolutamente condenável, do M-19, mas, se houve falhas na conduta e nos procedimentos dos agentes estatais, isso deve ser reconhecido](#)”*. Alguns dias depois das cerimônias, a Promotoria-Geral da Colômbia provocou polêmica ao anunciar que revisaria as condições sob as quais o M-19 foi anistiado durante seu processo de desmobilização em 1990. O governo mostrou-se contrário ao pedido de revisão, e o Ministro do Interior, Juan Fernando Cristo, destacou a necessidade de uma blindagem

jurídica para quaisquer acordos atingidos com as FARC e eventualmente com o Exército da Libertação Nacional (ELN), de modo a evitar questionamentos como este no futuro.

Também merece destaque a realização da [VII Conferência Latino-Americana e Caribenha de Ciências Sociais \(CLACSO\)](#), em Medellín, entre os dias 09 e 13 de novembro. Intitulado “Transformações Democráticas, Justiça Social e Processos de Paz”, o evento contou, dentre outros, com a participação do Secretário-Geral da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), Ernesto Samper, do ex-presidente do Brasil, Luís Inácio “Lula” da Silva, e do ex-presidente uruguaio José “Pepe” Mujica. Este último frisou seu apoio ao processo de paz e declarou que [“um processo de paz como o colombiano não deveria ter obstáculos políticos”](#). Em carta produzida e divulgada por ocasião da Assembleia da CLACSO, intelectuais de 45 países manifestaram seu apoio ao processo de paz e solicitaram demonstrações de paz de ambas as partes negociadoras.

Em última instância, os acontecimentos recentes na Colômbia demonstram um país em preparação para a assinatura dos acordos finais, prevista para ocorrer até o dia 23 de março de 2016 – diversas medidas estão sendo sugeridas ou postas em prática tendo em vista o período de implementação e o pós-conflito. No dia 09 de novembro, o governo criou o Conselho Interinstitucional para o Pós-Conflito – um órgão que se encarregará de coordenar as instituições envolvidas na preparação e na implementação dos acordos. Serão membros desse Conselho: os ministros do Interior, da Defesa, da Fazenda e do Pós-Conflito, o Alto Comissário para a Paz e os Diretores do Departamento Nacional de Planejamento e do Departamento para a Prosperidade Social. O órgão será liderado pelo recém-nomeado ministro do Pós-Conflito, [Rafael Pardo](#).

Entre os dias 10 e 13 de novembro, trinta e dois líderes de oito regiões do país reuniram-se a convite do Alto Comissariado para a Paz, para dialogar a respeito das linhas de ação para a implementação dos acordos de Havana. O evento deu continuidade a uma série de dezessete encontros regionais já realizados com o apoio de movimentos sociais e das Embaixadas da Suíça, da Suécia e da Noruega.

Além da criação de um aparato institucional específico e da participação popular, três outros tópicos também têm sido muito discutidos na reta final do processo: (i) os meios de financiamento do pós-conflito; (ii) o formato que assumirá o referendo popular aos acordos, conforme promessa dos negociadores; e (iii) a possibilidade da declaração de um cessar-fogo bilateral até o início do ano que vem, caso questões essenciais do fim do conflito sejam fechadas até lá. Em sua primeira viagem à Colômbia, o Enviado Especial da União Europeia (UE) para o processo de paz, Eamon Gilmore, reuniu-se com o presidente Santos e anunciou que o fundo econômico da organização para o pós-conflito poderá ser disponibilizado antes da data prevista para o encerramento das negociações. Ainda neste tópico, as FARC propuseram a criação de um fundo nacional para a paz (FONAPAZ), com

duração de dez anos e que comprometa uma parcela fixa do PIB, de forma a garantir recursos para a construção da paz.

Em relação ao segundo tópico, o governo apresentou um projeto de lei ao Congresso para preparar a realização de um plebiscito entre maio e junho do ano que vem, no qual a população responderia “sim” ou “não” aos acordos finais alcançados em Havana. Há polêmica em torno da reforma legislativa que isso exigiria, já que a lei atualmente em vigor exige a maioria do censo eleitoral (algo equivalente a 16,8 milhões de votos) para a aprovação de uma medida – o que poderia colocar em risco a aprovação dos acordos. As FARC e a oposição uribista opõem-se à opção do governo, defendendo em seu lugar a instalação de uma Assembleia Constituinte. O negociador-chefe do governo, Humberto de la Calle, emitiu uma declaração no dia 11 de novembro argumentando ter certeza de que se encontrará um formato desejável e legítimo de plebiscito, garantindo que “[o Congresso não aprovará um plebiscito light](#)”.

A questão do cessar-fogo bilateral, há muito discutida entre o governo e a guerrilha, segue em pauta e Santos declarou recentemente que, com sorte, este seria um “presente de Natal” ao povo colombiano. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a UNASUL vêm trabalhando junto às partes na tentativa de criar mecanismos de monitoramento e verificação do cessar-fogo – mecanismos estes que, no caso da ONU, precisariam ser aprovados pelo Conselho de Segurança. Há, no momento, um cessar-fogo unilateral da parte das FARC – nos últimos dias, Timochenko anunciou, via Twitter, que [suspendeu a compra de armas](#). O governo, por sua vez, suspendeu bombardeios e diminuiu a frequência de combates.

Fontes:

- COLOMBIA CALLS (VIRGINIA BOUVIER). “*Agreement on Disappearances Moving Forward*”. Washington (12/11/15): <https://goo.gl/aXlx7Q>
- LA SILLA VACÍA. “*La elección que no se fue*”. Bogotá (21/10/15): <http://goo.gl/MRMf44>
- INFOLATAM. “*FARC proponen crear un fondo económico nacional para la paz en Colombia*”. Bogotá (05/11/15): <http://goo.gl/ogfufj>
- EL TIEMPO. “*No queremos la verdad a cuentagotas*”. Bogotá (06/11/15): <http://goo.gl/PXrISP>
- EL PAÍS. “*Gobierno anuncia que llevará el plebiscito a la mesa de diálogos*”. Bogotá (11/11/15): <http://goo.gl/KL9kX8>
- INFOLATAM. “*FARC rechazan plebiscito impulsado en Congreso para refrendar acuerdo de paz*”. Bogotá (09/11/15): <http://goo.gl/uQCXVW>
- ONU. “*Ceasefire in Colombia would be ‘decisive step toward ending conflict’*”. Bogotá (30/10/15): <http://goo.gl/30H2la>
- INDEPAZ. “*El cese definitivo del fuego y el mecanismo de verificación – Ni concentración total ni confinamiento*”. Bogotá (01/11/15): <http://goo.gl/QzsQUt>
- EL TIEMPO. “*‘Timochenko’ ordenó a sus estructuras suspender la compra de armas*”. Bogotá (10/11/15): <http://goo.gl/RX2UhB>
- LA SILLA VACÍA. “*El camino para que la ONU verifique el cese bilateral*”. Bogotá (30/10/15): <http://goo.gl/TxBflz>

Relatórios

❖ Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz (INDEPAZ)

X Informe de seguimiento a la presencia de los grupos narcoparamilitares (08/11/2015): <http://goo.gl/TMkj35>

❖ Anistia Internacional

Restoring the land, securing the peace: indigenous and afro-descendant territorial rights (04/11/2015): <https://goo.gl/KERWf5>

Declarações

❖ Alto Comissariado para a Paz

Declaración Jefe de la Delegación del Gobierno Nacional Humberto de la Calle (11/11/2015): <http://goo.gl/KFcPKk>

❖ Organização das Nações Unidas (ONU)

UN Special Representative for Children and Armed Conflict Welcomes Commitment by FARC-EP to End Child Recruitment in Colombia (05/11/2015): <https://goo.gl/hnsleV>

Colômbia & Venezuela

Crise na fronteira

Os dois países vivem uma crise diplomática desde o dia 19 de agosto, quando o presidente venezuelano Nicolás Maduro ordenou o fechamento da fronteira Colômbia-Venezuela na região das cidades de San Antonio e Ureña de Táchira, sob a justificativa do combate a atividades criminosas e à presença de paramilitares. Declarou-se estado de exceção, e o fechamento foi depois estendido a outras regiões. O presidente Maduro afirmou que a medida somente seria revertida “*quando ambas nações decidissem uma nova política fronteiriça*”.

A questão desdobrou-se em um grave problema migratório – segundo a ONU, por volta de 2.000 colombianos foram expulsos da Venezuela e 20.000 outros partiram por temer represálias do exército venezuelano. O precedente de intolerância à migração estabelecido pela Venezuela e a inicial inação de organismos regionais, principalmente a OEA, foram criticados por especialistas. A UNASUL, por sua vez, envolveu-se a partir de meados de setembro, tentando desempenhar o papel de facilitadora. Delegações chefiadas pelos Ministros de Defesa dos dois países têm se reunido para tentar atingir um consenso acerca da política fronteiriça e criar mecanismos de transparência e comunicação entre suas Forças Armadas.

Recentemente, os alojamentos instalados nas cidades de Cúcuta e Villa del Rosario, ao norte de Santander, Colômbia, foram fechados pelo governo após a finalização do atendimento humanitário aos cidadãos colombianos forçados a cruzar a fronteira. No dia

02 de novembro, o Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela renovou por mais 60 dias as medidas extraordinárias de fechamento das fronteiras e de estado de exceção. O presidente Maduro declarou que “o presidente Santos tem uma compreensão sobre todos esses temas e acredito que estamos perto de soluções estruturais que beneficiarão a obtenção de uma fronteira pacífica, tanto do lado venezuelano quanto do colombiano”.

Fontes:

- PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA COLOMBIANA. “Declaración del Presidente Juan Manuel Santos a la prensa sobre Acuerdo en La Habana”. Havana (23/09/15): <http://goo.gl/1bDfyX>
- INTER-AMERICAN DIALOGUE. “Colombia & Venezuela: A Crisis for Regional Integration?”. Washington (14/09/15): <http://goo.gl/bX2ikd>
- AMERICAS QUARTERLY. “The Trump-ification of Venezuela”. New York (28/08/15): <http://goo.gl/PB1Jli>
- INFOLATAM. “Colombia y Venezuela acuerdan tres reuniones más para seguridad fronteriza”. Santa Marta (04/10/15): <http://goo.gl/Ov289r>
- EL TIEMPO. “Cierran fase de las acciones humanitarias en la frontera”. Bogotá (09/11/15): <http://goo.gl/Sx8r6X>
- CANCELLERIA DE COLOMBIA. “Acciones del gobierno nacional sobre la atención a colombianos en la frontera con Venezuela”. Bogotá (08/15): <http://goo.gl/pFUjRB>

■ Declarações

A UNASUL declarou, no dia 21 de setembro, haver sido bem-sucedida em estabelecer diálogo entre os presidentes através da facilitação de Rafael Correa e Tabaré Vázquez, atuais presidentes pró-tempore respectivamente da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da UNASUL. No dia 28 do mesmo mês, a organização comunicou que o Secretário-Geral da UNASUL, Ernesto Samper, se reuniu com o presidente Maduro em Nova Iorque, às margens da Assembleia-Geral da ONU, e chegou a um compromisso sobre a situação dos colombianos deportados.

Fontes:

- UNASUL. “Comunicado de la Secretaría General”. Quito (21/09/15): <http://goo.gl/AO5jfw>
- UNASUL. “Venezuela acepta propuesta de UNASUR para regularizar situación de deportados colombianos en la frontera”. Quito (28/09/15): <https://goo.gl/Ak5zHX>

■ Venezuela

Desafios na busca pela resolução da crise

No dia 4 de novembro, o governo venezuelano anunciou que vários estados membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) estão trabalhando numa proposta que estipularia uma faixa entre 70 e 80 dólares para o preço do barril de petróleo. O presidente Nicolás Maduro frisou que “não pode ser nós a produzirmos o petróleo e

outros a colocarem o preço. Produzimos o petróleo e o preço é colocado em Washington por especuladores”.

Por meio de um comunicado na televisão, Maduro também declarou ter pago US\$ 13 bilhões da dívida externa venezuelana, além de ter desembolsado um montante idêntico em 2014, negando que a moratória tenha sido decretada. Em outubro, a Venezuela retirou US\$ 467 milhões de sua conta de depósito no Fundo Monetário Internacional (FMI). Em junho o país já havia vendido US\$1.5 bilhões de seus Direitos Especiais de Saque (DES), uma cesta de moedas internacionais que visa complementar a receita dos países. De acordo com dados do FMI, em abril foram US\$380 milhões vendidos, visando melhorar a liquidez das reservas do país, cuja economia se encontra em uma recessão severa, agravada pelos baixos preços do petróleo.

Uma comitiva de deputados espanhóis pediu para estar presente no processo eleitoral venezuelano. Ramón Jáuregui, do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), afirmou que a delegação visitou Caracas para “avaliar a situação política e preparar o envio de uma delegação parlamentar no âmbito das eleições legislativas venezuelanas previstas para 06 de dezembro”. A visita foi criticada pelo presidente da Assembleia Nacional, Diosdado Cabello, que afirmou que jamais receberia alguém que ande pelo mundo “a denegrir e atacar a Venezuela”.

A Corte Eleitoral Uruguaia (CEU), que preside o Conselho Eleitoral da UNASUL, deu início a consultas com os órgãos da área de cada membro do grupo para eleger o coordenador da missão de observadores que serão enviados para as urnas venezuelanas no dia 6 de dezembro. O processo deverá ocorrer logo após a aprovação da missão pelos Ministros das Relações Exteriores do bloco, que deverão escolher quem será o representante especial da missão. Espera-se que os nomes sejam conhecidos nas próximas semanas, quando os aspectos logísticos e técnicos, bem como a agenda da missão, serão publicizados. Wilfredo Penco, vice-presidente da CEU afirmou que os membros da missão terão completa liberdade de movimento e contato com todos os atores políticos e institucionais do processo eleitoral. Penco reconheceu que o secretário de Estado Civil da Colômbia, advogado e escritor Carlos Ariel Sanchez, havia sido anteriormente nomeado como coordenador, mas sua nomeação “acabou em declínio”. Jesús Torrealba, secretário geral e porta-voz para a plataforma de oposição Mesa da Unidade Democrática (MUD), celebrou a ida da missão da UNASUL à Venezuela, declarando que “ninguém quer vir à Venezuela para comprometer o nome do seu país e comprometer o nome de si mesmos como personalidades para construir uma farsa”.

Para Torrealba, esta missão foi positivamente renovada após o dia 20 de outubro, quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) brasileiro anunciou que se recusaria a participar da

missão por falta de resposta das autoridades Venezuelanas sobre as garantias de uma observação objetiva e imparcial. A recusa brasileira veio acompanhada da desconfiança de veto do nome de Nelson Jobim, jurista brasileiro e ex-ministro do STF e da defesa, como possível representante especial da UNASUL na comissão eleitoral. Jobim havia declarado que, após examinar o Direito Eleitoral venezuelano e acompanhar as discussões sobre o Acordo com a UNASUL, teria denunciado uma alteração no dispositivo que assegurava aos membros da missão a [“liberdade para efetuar entrevistas a funcionários eleitorais”](#). A alteração, supostamente cometida pela Comissão Nacional Eleitoral venezuelana (CNE), teria suprimido a expressão “liberdade”, propondo, de acordo com Jobim, efetuar entrevistas a funcionários eleitorais apenas com prévia coordenação do CNE.

O ex-presidente colombiano Ernesto Samper, Secretário-Geral da Unasul, declarou que a missão é de natureza técnica e deverá atuar em várias cidades da Venezuela, sendo constituída por cerca de 50 ou 60 pessoas com “total liberdade de movimento”. De acordo com o jornal venezuelano “El Universal”, espera-se que o ex-presidente da República Dominicana, [Leonel Fernández](#), lidere a missão como representante especial da UNASUL. A campanha para as eleições legislativas venezuelana teve início no dia 13 de novembro, e terá duração de 21 dias, terminando na noite de 3 de dezembro. Em 16 anos, esta é a primeira vez que a oposição venezuelana possui chances de conseguir a maioria das cadeiras parlamentares. De acordo com relatório da empresa Datincorp, a oposição poderá alcançar até 32% de vantagem nas próximas eleições.

Um avião de inteligência dos Estados Unidos da América (EUA) violou o espaço aéreo venezuelano no dia 8 de novembro. Após a ação, o presidente Maduro anunciou que recorrerá a instâncias internacionais como a UNASUL, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), a Aliança Bolivariana para os povos da América (ALBA) e a Organização das Nações Unidas (ONU), para denunciar o que classificou como [“provocações novas, inusitadas e extraordinárias contra a Venezuela”](#). O avião pertence à Guarda Costeira dos EUA e decolou da base aérea de Curaçao, no Caribe, antes de entrar no espaço aéreo venezuelano sem dar informações sobre o voo a Maiquetia, Caracas. A violação ocorreu pelas 12:34 (hora local) e teve lugar a quatro milhas náuticas a leste do arquipélago de Los Monjes, onde a aeronave [“realizou padrões circulares de busca e continuou rumo ao sul”](#).

No dia 10 de novembro, a Organização dos Estados Americanos (OEA), questionou as eleições legislativas esperadas para o próximo mês. De acordo com o Secretário Geral da OEA, Luis Almagro, não há garantias de que haverá transparência e justiça eleitoral. Almagro redigiu uma carta de 18 páginas para Tibisay Lucena, chefe da CNE enfatizando suas preocupações acerca das condições para o voto. No mês passado, a Venezuela rejeitou um pedido de acompanhamento e observação das eleições feito pela organização.

Dentre os problemas relatados por Almagro, está incluída a prisão do líder da oposição, Leopoldo López. Ele acrescenta que os partidos de oposição estão tendo problemas para obter tempo suficiente na mídia venezuelana, além da recente desqualificação de alguns candidatos da oposição, acusados de improbidade administrativa e corrupção.

No mesmo dia, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) também pediu que a Venezuela adote medidas cautelares a favor de vários diretores de meios de comunicação, afirmando que estes enfrentam ameaças e processos judiciais por parte de altos funcionários do governo. As medidas seriam dirigidas a Teodoro Petkoff, Miguel Henrique Otero, Alberto Federico Ravell e Isabel Cristina Ravell, respectivos diretores da revista Tal Cual, do Jornal El Nacional, e do site La Patilla. Em abril, os três meios de comunicação venezuelanos foram processados por difamação, devido a reprodução de notícias do jornal espanhol ABC que ligavam Diosdado Cabello a uma investigação federal estadunidense sobre o tráfico de drogas. Uma carta, assinada por 157 legisladores – na qual mais de cem são provenientes dos EUA e de cinco países latino-americanos –, foi entregue no dia 11 de novembro ao presidente Maduro, pedindo que a Venezuela autorize a presença de observadores internacionais. Os signatários ressaltam ser alarmante o fato de que apenas membros de partidos da oposição tenham tido suas candidaturas negadas.

A conferência episcopal da Venezuela também reiterou o pedido no dia 11 de novembro. Alegando garantir a lisura da votação, o porta-voz Monsenhor Castor Azuaje declarou que a presença de observadores internacionais ajudaria a criar transparência e confiança no processo. Por sua vez, os líderes da coalizão MUD declararam que promoverão, no primeiro semestre de 2016, a revogação ou a renúncia do mandato do presidente Nicolás Maduro. Por meio de sua conta do Twitter, gerenciada por sua esposa Lilian Tintori, Leopoldo López declarou que [“não se pode esperar as eleições presidenciais do ano de 2019 \(...\) A mudança política na Venezuela tem data e é o primeiro semestre de 2016”](#). A oposição afirma que a Constituição venezuelana permite que um referendo revogatório seja tramitado depois que Maduro cumprir metade do seu mandato, o que deverá ocorrer no dia 19 de abril de 2016.

A 1ª turma do Supremo Tribunal Federal brasileiro (STF) decidiu, por unanimidade, converter em prisão domiciliar com monitoramento eletrônico, a Prisão Preventiva para Extradicação (PPE) 760, decretada contra o venezuelano George Owen Kew Prince. Prince é processado pela justiça venezuelana, sob acusação de crimes contra o sistema financeiro. Alegando que não há garantias de que será submetido a um julgamento justo com respeito às regras do devido processo legal, o venezuelano pediu a revogação de sua preventiva. Sua defesa sustenta ainda que o caso sob investigação teria sido conduzido pelo SEBIN (Servicio Bolivariano de Inteligência Nacional), classificado como “polícia política” do governo Venezuelano. Ainda que a prisão preventiva seja pré-requisito para o

processamento de pedido de extradição, os ministros brasileiros entenderam existir circunstâncias excepcionais que autorizam a medida, como a ausência de periculosidade do preso provisório. O ministro Edson Fachin destacou considerar grave a renúncia da Venezuela à Convenção Americana dos Direitos Humanos, ocorrida em 2012. Em seu entendimento, tal ato indicaria um retrocesso no trato de questões básicas dos direitos dos cidadãos. Em declaração, o ministro, que também é relator da PPE 760, afirmou que “a necessidade e importância da cooperação penal internacional cede, e deve sempre ceder, à necessária proteção dos direitos mais básicos da pessoa humana, dentre os quais se insere inapelavelmente o direito a ser julgado, no Estado requerente, por juiz isento, imparcial e sob a égide do devido processo legal”.

Vítimas e opositores venezuelanos apresentaram formalmente uma solicitação para que a Corte Penal Internacional (TPI) abra um exame preliminar que investigue crimes contra a humanidade, supostamente cometidos por altos funcionários venezuelanos, inclusive o presidente Nicolás Maduro. O pedido foi entregue pelo opositor Carlos Vecchio, coordenador do partido Vontade Popular, do qual também faz parte Leopoldo López. Vecchio é procurado pela justiça venezuelana, que emitiu uma ordem de prisão sob a acusação de conspiração.

No dia 12 de novembro, dois sobrinhos da primeira-dama da Venezuela, Cilia Flores, foram detidos no Haiti sob acusações de envolvimento no contrabando de 800 kg de cocaína para os EUA. Efrain Campos e Francisco Flores, foram detidos após chegar da Venezuela em um avião particular, portando passaportes diplomáticos. O governo estadunidense já declarou que não reconhecerá a imunidade diplomática dos dois, que terão que responder pelo crime em Nova York. A MUD, já entrou com pedido no parlamento para que se forme uma comissão de investigação sobre o caso, afirmando ser necessário apurar o uso de passaportes diplomáticos, bem como descobrir a quem pertence a aeronave utilizada na ocasião. A Chancelaria e o Ministério de Comunicações da Venezuela preferiram não comentar a notícia, alegando não ter informações sobre o caso. Em sua conta no Twitter, o presidente Maduro afirmou que “a pátria seguirá seu curso. Nem ataques nem emboscadas imperialistas podem prejudicar os povos dos Libertadores, temos apenas um destino... Vencer...”. Cilia Flores se apresentará como candidata nas próximas eleições parlamentares, em dezembro.

O Conselho de direitos humanos da ONU realizou uma sessão especial para ouvir o presidente Nicolás Maduro, que havia solicitado uma intervenção após a re-eleição da Venezuela como membro do corpo. Antes da intervenção, o Alto Comissariado para os direitos humanos das Nações Unidas, Zeid Ra'ad Hussein, criticou em mensagem de vídeo o assédio sofrido pelo sistema judicial venezuelano. Zeid declarou que “o grupo de trabalho sobre detenções arbitrárias e a Comissão de direitos humanos, assim como o meu próprio

escritório, expressaram sérias preocupações sobre a independência do judiciário na Venezuela, a imparcialidade dos juízes e magistrados do Ministério público e as pressões que enfrentam quando se trata de casos politicamente sensíveis". Maduro classificou a mensagem como vergonhosa, e suas críticas ganharam força junto aos países membros da ALBA, como Bolívia, Equador, Cuba e Nicarágua, que juntamente à Argélia e Arábia Saudita anunciaram o envio de uma carta de reclamação para Zeid. Outros países também saíram em defesa da Venezuela, como Brasil, China, Coreia do Norte, Índia, Myanmar, Paquistão, Rússia e Síria.

Fontes:

- ECONOMICO. "Venezuela anuncia que OPEP vai propor barril de petróleo entre 70 e 80 dólares". (04/11/2015): <http://goo.gl/L0AEgx>
- EFE. "Maduro revela que Venezuela pagou US\$ 27 bi por dívida externa". Caracas (08/11/2015): <https://goo.gl/QhEubn>
- REUTERS. "Venezuela pulled \$467 mln from IMF reserves in October". Caracas (06/11/2015): <http://goo.gl/NPKiKa>
- RTP NOTÍCIAS. "Eurodeputados vão pedir presença do Parlamento Europeu nas eleições venezuelanas". (07/11/2015): <http://goo.gl/AEjIXQ>
- EBC. "Presidente do Parlamento venezuelano não recebe delegação europeia". (05/11/2015): <http://goo.gl/d1K5e3>
- INFOLATAM. "Abren proceso para elegir coordinador de misión Unasur a comicios venezolanos". Montevideu (06/11/2015): <http://goo.gl/xuNDUZ>
- INFOLATAM. "La MUD celebra que una Unasur "distinta" envíe misión electoral Venezuela". Caracas (06/11/2015): <http://goo.gl/L4kytz>
- DEFESANET. "Nelson Jobim: affaire Venezuela". Brasília (02/11/2015): <http://goo.gl/25F3eh>
- EL UNIVERSAL. "Expresidente dominicano encabezará misión electoral de Unasur el 6D". Quito (16/11/2015): <http://goo.gl/7MY1dt>
- OBSERVADOR. "Venezuela denuncia que avião norte-americano violou o espaço aéreo nacional". (08/11/2015): <http://goo.gl/l8Cja9>
- SPUTNIK. "Opinião: Venezuela tem que defender sua soberania contra as ações dos EUA". (09/11/2015): <http://goo.gl/uBTWHn>
- AFP. "Venezuela: Capriles diz que foi alvo de ataque chavista". (09/11/2015): <https://goo.gl/FSVjlo>
- THE ASSOCIATED PRESS. "OAS chief sees lack of guarantees in Venezuela's election". Washington (10/11/2015): <http://goo.gl/EWBSE1>
- AFP. "OAS chief says conditions don't ensure fair Venezuela vote". (11/11/2015): <http://goo.gl/RBXWIE>
- UOL ECONOMIA. "CIDH pede à Venezuela proteção para diretores de meios de comunicação". Washington (10/11/2015): <http://goo.gl/ki4nfd>
- AFP. "Legisladores da América pedem observadores internacionais em eleições na Venezuela". Washington (11/11/2015): <http://goo.gl/p9Zksm>
- MSN. "Católicos querem observadores internacionais na Venezuela". (11/11/2015): <http://goo.gl/3Blrz7>
- AFP. "Oposição venezuelana diz que buscará saída de Maduro em 2016". (10/11/2015): <http://goo.gl/Sy4VwJ>
- STF. "1ª Turma converte em domiciliar prisão de venezuelano para fins de extradição". Brasília (10/11/2015): <http://goo.gl/N7F27X>
- AFP. "Maduro pode ser investigado por crimes contra a humanidade". (11/11/2015): <http://goo.gl/C6zMAh>
- JORNAL DO BRASIL. "Sobrinhos de Maduro são detidos por tráfico de cocaína". (12/11/2015): <http://goo.gl/hE61ph>
- VOA NEWS. "US Arrests Maduro Relatives in Venezuela Cocaine Case". (12/11/2015): <http://goo.gl/WdFIPK>
- EFE. "Governo venezuelano fica em silêncio após prisão de familiares de Maduro". Caracas (12/11/2015): <http://goo.gl/qvsEdP>
- INFOLATAM. "EEUU dice que familiares de Maduro detenidos no tienen inmunidad diplomática". Caracas (15/11/2015): <http://goo.gl/3UTzUW>
- INFOLATAM. "Oposición venezolana expone cambios que hará de ganar mayoría parlamentaria". Caracas (16/11/2015): <http://goo.gl/4gQQHj>
- INFOLATAM. "Maduro tilda de "vergüenza" el mensaje del alto comisionado sobre Venezuela". Caracas (12/11/2015): <http://goo.gl/UMJ3u3>
- EFE. "Venezuela inicia oficialmente campanha para eleições legislativas". Caracas (13/11/2015): <http://goo.gl/Aks2Nx>
- EL PAÍS. "Chavismo manobra para conter o crescimento da oposição". Caracas (13/11/2015): <http://goo.gl/qzosBr>

Relatórios

❖ Oxford Analytica Daily Brief

Campanha para eleições parlamentares poderá aumentar as tensões na Venezuela. (09/11/2015): <https://goo.gl/Aj5nfV>

Eleição na Venezuela teme reprimenda pública. (11/11/2015): <https://goo.gl/fzWkGS>

❖ IPI Global Observatory

Em meio a crise econômica, venezuelanos enfrentam chavismo (13/11/2015): <http://goo.gl/qjMS1E>

❖ International Crisis Group

Crisis Watch Database (02/11/2015): <http://goo.gl/d38zVI>

Declarações

❖ UNASUL

COMUNICADO OFICIAL DE LA SECRETARIA GENERAL DE UNASUR (12/11/2015): <http://goo.gl/pnleZg>

UNASUR APRUEBA MISIÓN ELECTORAL EN VENEZUELA (05/11/2015): <http://goo.gl/dybmVN>

Venezuela & Guiana

Idas e vindas pelo Essequibo

Através da mediação do Secretário Geral Ban Ki-Moon, realizada no dia 28 de setembro em reunião de alto nível na sede da ONU, os presidentes Nicolas Maduro e David Granger concordaram em devolver seus respectivos embaixadores. Ambos os países estavam sem representantes diplomáticos desde que a centenária disputa territorial entre Venezuela e Guiana foi reativada no último mês de maio (2015), quando a companhia Exxon Mobil descobriu uma jazida petrolífera no litoral de Essequibo, equivalente a 2/3 do território do país. Recentemente, o governo da Guiana também pediu ao Google que retire de seu sistema de mapas a suposta soberania da Venezuela sobre certas partes da disputada região.

Em seu discurso na tribuna da ONU, David Granger lembrou ações que remontam de 1968 até o último decreto venezuelano, de maio de 2015 – que estabelece o território de Essequibo como parte do território nacional e de defesa venezuelano. Granger afirmou que a Venezuela, “[*atenta à sua riqueza e poderio militar e desatenta à sua obrigação como*](#)

Estado-membro da Organização das Nações Unidas... adotou o caminho da intimidação e da agressão". Maduro repudiou as afirmações, declarando que *"todos os governos da Guiana têm reconhecido o Acordo de Genebra, menos o de Granger"*. O presidente venezuelano também rebateu o governo dos EUA no dia 06 de outubro, após o último publicamente declarar seu apoio à reivindicação guianense. Em seu programa semanal de televisão, Maduro advertiu que não aceitaria interferências nesta questão.

Depois da retomada do conflito a Guiana encerrou suas exportações de arroz para a Venezuela, que em 2014 recebia quase 30% de suas exportações, pagando valores acima do preço de mercado. A *"Junta de Desarrollo de Arroz"* afirma que o governo venezuelano comunicou ao governo da Guiana que não compraria mais arroz devido à controvérsia por Essequibo. Atualmente, a Guiana está negociando o incremento de suas exportações para o mercado mexicano, e o ministro da agricultura do México, José Calzada, já assegurou que acelerará os acordos entre os dois países.

Fontes:

- EL UNIVERSAL. "A chronology of the Venezuela-Guyana border dispute over the Essequibo". Caracas (22/07/2015): <http://goo.gl/ebq4gc>
- EFE. "Guiana pede que Google retire mapas com soberania da Venezuela em Essequibo". (15/09/2015): <http://goo.gl/GgXP3t>
- INFOLATAM. "Venezuela y Guyana acuerdan el retorno de sus respectivos embajadores". Caracas (28/09/2015): <http://goo.gl/LlgfjT>
- EXAME/REUTERS. "Guiana critica Venezuela por disputa de fronteira centenária". Buenos Aires (29/09/2015): <http://goo.gl/iZVdL2>
- INFOLATAM. "Guyana denuncia "agresiones" de Venezuela y pide a ONU un arreglo definitivo". Nações Unidas (30/09/2015): <http://goo.gl/Z8PIV8>
- EL UNIVERSAL. "Maduro repudió declaraciones de embajador de EEUU sobre el Essequibo". Caracas (06/10/2015): <http://goo.gl/2kNbGt>
- VENEZUELA ANALYSIS. "Venezuela's Maduro Slams US Interference in Guyana Dispute and Internal Affairs". Caracas (07/10/2015): <http://goo.gl/IOy7j6>
- CARIBBEAN360. "Guyana's rice exports go up, but earnings go down because of Venezuela pull-out". Georgetown (13/11/2015): <http://goo.gl/7Hvt0D>
- EFE. "Guyana cesó venta de arroz a Venezuela e incrementó sus exportaciones". (14/11/2015): <http://goo.gl/2hQ0U7>
- MERCOPRESS. "Mexico ready to purchase Guyana rice following Venezuela's refusal to renew exchange accord". (05/11/2015): <http://goo.gl/xEI5Oc>
- GINA. "Guyana bumps up rice export in 2015, despite weak prices". Georgetown (12/11/2015): <http://goo.gl/OzdKTS>

■ Declarações

O Governo da Guiana tem procurado o apoio do Canadá contra as reivindicações territoriais feitas pela Venezuela, por meio do novo Alto Comissariado Canadense para a Guiana, Pierre Giroux.

Fonte:

- GINA. "Guyana seeks Canada's support against Venezuela's aggression". Georgetown (07/10/2015): <http://goo.gl/J5Sw3>

Sobre o Radar

O Radar GSUM é uma plataforma de monitoramento dos atuais conflitos na América Latina, escrito quinzenalmente pelas assistentes de pesquisa **Isa Mendes** e **Camila dos Santos**.

 Follow us on Facebook! www.bricspolicycenter.org/gsum | gsum@bricspolicycenter.org



BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS
Rua Dona Mariana, 63 – Botafogo – Rio de Janeiro / RJ
Telefone: (21) 2535-0447 | CEP/ZIP CODE: 22280-020
www.bricspolicycenter.org | bpc@bricspolicycenter.org

